

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI PARA A CIDADE DE CODÓ-MA

Deusilene Costa Teixeira¹
Daniela da Silva Pessoa²
Estela Marques Dias³
Gleiciany da Cruz Silva⁴
Azriel Alves Arruda⁵

RESUMO

É fato que a Educação Inclusiva e a Educação Especial, tem vivendo grandes avanços, porém ainda é preciso muito para que se tenha um total apoio, as pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado. Nesse sentido esta pesquisa faz uma breve trajetória de como ocorreu no cenário brasileiro os primeiros atendimentos as pessoas com necessidades especiais, tal como a criação das primeiras instituições voltadas para esse público. Desse modo essa pesquisa é de natureza qualitativa e tem como objetivo demonstrar a contribuição significativa na área da Educação Especial da Associação Pestalozzi na cidade de Codó-MA. Optamos em utilizar como metodologia um levantamento bibliográfico sobre a Educação Inclusiva e Educação Especial e sobre a Associação Pestalozzi, buscando respaldo em diversos autores como Camargo (2017); Rocha (2017), assim como pautamos em alguns marcos normativos, como a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases de 1996, Constituição Federal de 1988 e a conferência de Salamanca. No entanto, no desenvolvimento dessa pesquisa é nítido as barreiras para que esses alunos tenham acesso garantido, pois a falta de formação continuada para os professores se torna um principal fator da escola ter essa resistência em acolher esse público, outro fator em falta são as políticas públicas empenhadas em trabalhar nas estruturas físicas dessas escolas, pois só então podemos pensar em uma Educação Inclusiva de qualidade, com todos esses entraves fica o questionamento, Será que são estes alunos que precisam se adequarem ou é a escola?

Palavras-chave: Educação Especial, Atendimento Especializado, Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em Educação Inclusiva e Educação Especial no contexto brasileiro, estamos falando de um grande processo, com muitas conquistas, que foram essenciais, para se efetivar grandes mudanças, já que no país houve um longo período de exclusão e abandono a

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFMA, deusilene.costa@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFMA, danielapess4@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFMA, sthe.dias.marques@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UFMA, gleicylindacruz@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Dr. Adjunto Ado curso de Pedagogia da Univeridade Federal - UFMA, azielalves@gmail.com.

peessoas com deficiência. Nessa perspectiva, procuramos com este estudo focalizar nas dificuldades que existem para integrar esses alunos com necessidades especiais nos sistemas de ensino. Desse modo, este estudo traça a trajetória marcada por lutas e conquistas para que só assim conseguissem configurar oportunidades de inclusão para esse público, bem como traz a história da associação Pestalozzi em âmbito nacional, dando ênfase as atividades desenvolvidas pela associação Pestalozzi na cidade de Codó-MA, e o quanto seu trabalho tem dando apoio social as pessoas que caressem de um atendimento educacional especializado no município.

No entanto, vale lembrar que para que os direitos desse público fossem concretizados foi necessário a realização de vários movimentos, tal como de algumas conferências ocorridas em vários países no intuito de legitimar o direito a educação á todos aqueles que apresentassem necessidades educacionais especiais procurando maneiras de eliminar com a segregação escolar, apostando em uma escola inclusiva tendo em vista que a escola deve ser por excelência o cenário principal para essa integração.

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) em seu Art.2º p.1 destaca que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva, a escola tem como papel de acolher a todos os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizado, uma vez que a educação escolar é vista como um direito social para o ser humano, sendo fundamental para o desenvolvimento da pessoa, como uma necessidade inerente a condição humana, juntamente com a família e a sociedade é uma peça fundamental no processo educacional, segundo a Constituição Federal de 1988 em seu art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

Em concordância, a educação é algo indispensável para a formação do ser humano, sendo um instrumento de transformação da sociedade e nesse processo podemos incluir todos sem discriminação, sem distinção de qualquer natureza, levando em consideração a diversidade e esquecer das desigualdades que sempre se fizeram presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, esta pesquisa tem como finalidade investigar a contribuição na área de Educação Especial desenvolvida pela Associação Pestalozzi, na cidade de Codó-MA, podemos observar

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

que na cidade de Codó quase não possui escolas, preparadas para receber crianças que necessitam de atendimento educacional especializado, ficando assim a Associação Pestalozzi, como a única instituição adequada e com profissionais preparados para tais acolhimento.

Educação Especial: Um Breve Contexto Histórico

Ao falar sobre a trajetória da educação especial é inevitável de falarmos de suas conquistas que foram adquiridas durante muito tempo, por muitas lutas em razão daqueles que apresentassem alguma limitação, onde muitas das vezes eram excluídos e conseqüentemente eliminados pela a sociedade, já que se entendia que eles poderiam de certa forma serem responsáveis do país não se desenvolver. Outro fato também que fez com que eles fossem excluídos foi por questões religiosas já que durante muito tempo, acreditavam-se que essas pessoas eram vistas como pecadoras ou até mesmo conseqüências de pecados, por essa razão elas foram que negligenciadas, ocasionando em serem abandonadas por contas de suas condições tidas como “anormais”.

Podemos destacar como umas das principais atuações na educação especial, Maria Montessori (1870 – 1952) uma pedagoga que também era formada em medicina, decidiu estudar as crianças com deficiência, com isso, criou o método Montessori, que tem como finalidade desenvolver a autonomia e a valorização do aluno. Transferindo para o cenário brasileiro, começou a ter esse atendimento as pessoas deficientes em um modelo empregado na Europa ainda no período Imperial a partir da criação do Instituto dos meninos cegos no ano de 1854 hoje é denominado Instituto Benjamim Constant, três anos mais tarde em 1857 foi criado o Instituto dos Surdos hoje conhecido como INES, ou seja, apenas a deficiência visual e a deficiência auditiva possuíam assistência nesse período.

No ano de 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi uma instituição destinada a uma proposta para atendimentos de pessoas com deficiência mental, anos mais tarde, em 1954, na cidade de Rio de Janeiro foi fundada a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que é uma integração de pais e amigos de alunos portadores de deficiência que lutaram e acreditaram em uma inclusão escolar, não demorou muito para que a sociedade viesse a colaborar com a causa e logo esse movimento se expandiu para outros estados do país.

A preocupação com essas pessoas se iniciou por meio de uma segregação, ou seja, no momento em que não se pensava ainda em uma escola para todos, e aqueles alunos que apresentavam qualquer deficiência eram separados dos alunos considerados “normais”, e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

consequentemente encaminhados para asilos, hospitais psiquiátricos, e também em salas anexas, isto é, esse atendimento se inicia por procedimentos médicos de maneira específica para cada necessidade, todavia a criança que não apresentava condições físicas e mentais visto como não habituais para a sociedade, eram excluídos da escola, tornando assim esse atendimento em um sistema paralelo da rede regular de ensino. De acordo com Neto et al (2018, p. 83). “É preciso atentar para as possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência e não para as dificuldades, para assim construir uma sociedade mais digna para todos, com ou sem deficiência”. Hoje temos como um grande suporte a Lei de Diretrizes e Base em seu artigo 58 onde afirma que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A seguir veremos alguns marcos que são fundamentais nessa trajetória, medidas que de fato contribuíram bastante para que o país viesse a ter mais uma preocupação com esses alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado, foram algumas conferências tal como, declarações que legitimaram essa luta, a fim de tornar a educação acessível a todos os indivíduos que apresentam alguma deficiência, assegurando-os uma inclusão no ensino regular. Do mesmo modo, essas medidas visam além da inclusão escolar, uma equalização social, garantido a todos, oportunidade de desenvolvimento tanto cognitivo como social.

No ano de 1973 por iniciativa do MEC é criado o CENEST – Centro Nacional de Educação Especial, que ficou encarregado sobre a educação especial aqui no Brasil, mas que ainda possuía aspectos voltados para o assistencialismo.

Em 1988 - Conferência mundial da criança: adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 20 de setembro de 1989 serviu de fonte de inspiração para a criação do estatuto da criança e do adolescente, já no ano de 1990 temos a declaração de Jontien na Tailândia que se trata de uma conferência mundial, que defende uma educação para todos, e o fim de preconceitos na educação, ou seja, foi elaborada no intuito de garantir a todos conhecimentos básicos para que os deficientes pudessem ter uma vida digna.

Em 1994, A Declaração de Salamanca que tem como finalidade em acolher todas as crianças independente de suas condições físicas, com o fundamento de que as crianças devem adquirir conhecimentos juntas sem nenhum tipo de separação, ou seja, acredita pôr em prática uma inclusão a todos os alunos com deficiência, tal como, visava uma diminuição do alto custo pela manutenção de instituições especializadas. A partir da referida declaração começa de fato a

se almejar em uma educação inclusiva, onde, em suma ficou destacado para níveis globais a necessidades de políticas públicas e sobretudo educacionais que fossem capazes de assistir a todos independente de suas condições, visando um atendimento igualitário.

Nessa lógica, o documento de Salamanca no seu artigo 1º p.1 salienta:

Nos, delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994, reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Acção na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações.

Desse modo, a declaração objetiva para o ensino especial um norte que a favorecesse, empregando que a escola deve se adequar ao aluno independente de suas condições físicas e não ao contrário, podendo ser inserido não somente no campo educacional, mas sim, ser integrante da sociedade em que vive de maneira participativa, descartando qualquer modo de exclusão.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada mediante um levantamento bibliográfico da literatura, em artigos científicos e livros sobre a temática abordada, embasados nos seguintes autores: Camargo (2017); Rocha (2017), assim como pautamos em alguns marcos normativos, como a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases de (1996), Constituição Federal de (1988) e a conferência de Salamanca, dentre outros, para melhor entendimento sobre a Educação Inclusiva e Educação Especial no contexto educacional como um todo, focando na Associação Pestalozzi.

Utilizamos como instrumento para este estudo a entrevista semiestruturada, realizada com a direção da Associação Pestalozzi da cidade de Codó- MA. Onde fizemos um roteiro simples para ser seguido durante a visita, nesse caso, focamos em elaborar perguntas básicas para a realização da pesquisa, já que dessa maneira as respostas ocorrem de maneira mais espontânea, ou seja, uma conversa livre, na qual foi deixando de lado abordagem de perguntas e respostas mais tradicionais com escolhas de alternativas. Sobre isto, MANZINI, (2003),

destaca: “Porém, uma questão que antecede ao assunto pesquisado, perguntas básicas se refere à definição de entrevista semiestruturada”.

Para Triviños (1987, p. 146):

A entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Nessa perspectiva a entrevista foi aplicada em primeiro momento com a vice-diretora, depois tivemos outra visita, para mais um aprofundamento de dados, de acordo com ela, a Pestalozzi possui 23 professores, que atuam em diversas áreas, pedagogos psicopedagogos, dentre outras.

Associação Pestalozzi no Brasil

A Associação Pestalozzi, tem sua primeira unidade fundada no ano de 1926, no estado do rio grande do Norte onde teve como inspiração os trabalhos do pedagogo Johann Heinrich Pestalozzi, que acreditava em solucionar as questões sociais procurando resolver o problema da restrição na educação, e com isso a universalização da mesma. Segundo Michel Soëtard (2010, p. 35) em seu livro publicado no Brasil pelo MEC, na Coleção Educadores, “as ideias de Pestalozzi marcam uma vertente da pedagogia tradicional denominada pedagogia intuitiva, cuja as bases são os sentidos por meio dos quais se estrutura toda a vida mental”.

Assim, pautada nesses ideais que a associação Pestalozzi partiu da necessidade de garantir atendimento para as pessoas com deficiência mental, utilizando da sensibilidade daqueles que lutaram para essa inclusão, mas ainda esse atendimento tinha uma relação muito estreita com o poder público, ficando essas pessoas por algum tempo esquecidos e segregados, ou seja, esses trabalhos eram totalmente voltados para o campo do assistencialismo.

No ano de 1932 a associação passa a ganhar força com a presença da educadora e psicóloga russa Helena Antipoff, que fundou a Associação Pestalozzi de Belo Horizonte, e foi a primeira vez que se ouviu falar o termo “excepcional”, ao referir as deficiência mental e retardo mental, que até então eram utilizadas para mencionar as crianças com deficiência intelectual.

Rafante e Lopes (2009) afirmam que:

A atuação de Antipoff no Departamento Nacional da Criança, assim como a articulação das instituições criadas por ela, principalmente as Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, do Brasil e do Rio de Janeiro, permitiram a realização dos primeiros seminários sobre a infância excepcional, que ocorreram em 1951, 1952, 1953, 1955 e se constituíram em importante meio de discussão sobre as questões.

Helena Antipoff em um de seus trabalhos na associação pestalozzi, criou em 1954 para as pessoas com superdotação o primeiro atendimento educacional especializado, é por meio do empenho de Helena que no país o movimento pestalozziano se expande, sendo que depois da criação da unidade de belo horizonte, ocorreu a criação das associações do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza/CE e Resende/RJ.

No intuito de congrega as associações já efetivas ela cria no ano de 1970 a Federação Nacional das Associações Pestalozzi, pois ela acreditava que assim poderia congrega, articular, representar e fortalecer as instituições que compõem a rede Pestalozziana, visando a inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e suas famílias.

Vale ressaltar, que essas informações são encontradas no site Fenapestalozzi (Federação Nacional das Associações Pestalozzi), onde destaca tudo sobre o a Associação e seu movimento, tem como Presidente Executiva Ester Alves Pacheco a qual deixa em evidente o objetivo do movimento em todo o Brasil que é empenhado em prol de oferecer a todos aqueles que necessitam do apoio da associação acima de tudo amor e esperança, para que possa sustentar o esforço individual e coletivo pela educação, reabilitação e inclusão social das pessoas com deficiência.

Portanto com o passar dos anos a associação Pestalozzi vem ganhando mais força e hoje se encontra presente em 20 estados brasileiros dentre estes é somado 187 municípios contemplados com suas atividades, no ano de 2017 já se contava com 6.000 profissionais em diversas áreas, envolvidos em atender nas variadas deficiências na rede Pestalozzi.

Conhecendo Associação Pestalozzi na cidade de Codó

A Associação Pestalozzi foi fundada na cidade de Codó- MA, no dia 22 de maio de 1978, atualmente possuem 210 alunos matriculados, divididos nos turnos matutino e vespertino, com a faixa etária de 03 a 50 anos de idade, com as seguintes deficiências: autismo, deficiência visual, deficiência auditiva, síndrome de Down, deficientes físicos, e sendo os deficientes intelectual com o maior número, existindo aluno que possui mais de uma deficiência, mas que de fato não o impede de estar envolvido nas brincadeiras e atividades lá desempenhadas.

A Associação conta com um setor de saúde, com atendimento de fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapia e enfermagem. Também conta com um setor pessoal de 43 funcionários, fora os sócios, possui duas salas de recurso, tendo parcerias com Prefeitura Municipal de Codó, que disponibiliza servidores, assim como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) onde são desenvolvidos alguns projetos voltados para Educação Inclusiva e Educação Especial, conta também com apoio de ONGs e alguns voluntários.

Portanto, vale resaltar que a Pestalozzi é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que para se manter depende de doações do poder público, de empresários e da sociedade civil, seu prédio é próprio sendo o mesmo de sua fundação, é notório que na cidade a associação faz um excelente trabalho com dedicação e comprometimento a esse público, incluindo crianças, adolescentes e adultos, com educação especial do 1º ao 5º ano, outro fato importante de destacar que a Associação elabora gratuitamente, para a população em geral alguns exames médicos como por exemplo o teste do pezinho, destacando ainda mais o valor social desenvolvido na instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No seguinte quadro encontram-se algumas perguntas que foram realizadas na entrevista que tivemos com a vice diretora durante a visita na Associação Pestalozzi, na cidade de Codó- MA. Em seguida, completa-se com uma sistematização e análises obtidas por meio das respostas, como também, de observações feitas durante nossa presença na associação.

Quadro 1.

1. Quantos anos tem a Associação Pestaozzi na cidade ?
2. Qual a quantidades de alunos que estão matriculados ? E qual é faixa etária desses alunos?
3. Quais as deficiencias e as dificuldades apresentadas pelos alunos matriculados?
4. Sabendo da importância de uma equipe de profissionais de saúde para a comunidade da associação, nesse sentido, na associação possui um setor de saúde?
5. Sobre o setor pessoal, quantos profissionais atuam na associação?
6. Esses alunos que aqui estão, também são matriculados no ensino regular? E quanto a isso você acredita que eles se sentem incluso à escola regular?
7. Sobre as escolas você tem algum conhecimento se estão adaptadas para receber essas crianças?
8. E quanto a família, você acredita que eles estão preparados, para encararem a deficiência, apoiando os filhos a participarem da escola?
9. Quais as atividades desenvolvidas na Associação? Vocês contam com alguma sala de recurso?

Fonte: produção das pesquisadoras

De acordo com as respostas e as observações que obtivemos durante a visita na Associação Pestalozzi, é possível constatar que a mesma, desenvolve um excelente trabalho para a população do município de Codó-MA, assegurando a todos aqueles que necessitam de um atendimento educacional especializado a garantia de seus direitos, sendo um deles, aprender por meio de socialização a partir de brincadeiras e atividades que promovem interação, e assim ampliando seu círculo social percebendo que pode sim, ser um sujeito ativo na sociedade.

Segundo a educadora uma grande parcela dos alunos, que fazem parte da Pestalozzi, se encontram matriculados em contraturno na escola de ensino regular, porém quando esse aluno é encaminhado a escola é preciso que a Pestalozzi, continue oferecendo assistência, pois acontece muitas das vezes do aluno ter que voltar por não se adaptar a escola, tendo assim a mesma que conversar com a comunidade escolar incluindo a família, para que a escola possa fazer uma melhor abordagem no acolhimento desse educando.

Com essa atitude fica o questionamento: Esses alunos retornam para a Pestalozzi por não se sentirem incluídos na sala de aula? Para fazer uma elucidação dessa questão, é dada notoriedade na fala da educadora, na qual relata um dos principais fatores para esses alunos não permanecerem na escola, que é a falta de preparação dos professores, acreditando que uma formação continuada na área da educação inclusiva, seria de grande valia para a escola, pois na

medida que a escola percebe alguma deficiência no aluno surgiu uma mudança na maneira de abordagem, deixando em evidencia a falta de preparação de muitos professores e gestores.

Sendo assim, é necessário que o professor reveja seus métodos, reavalie seu fazer pedagógico, pois só assim poderão entender de fato o que é educação inclusiva, que não se limita apenas para uma parcela de deficientes, mas sim para todos sem exceção, possibilitando que venham ter não só a garantia de acesso, mas principalmente que haja de fato a permanência sem nenhum tipo de discriminação .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo é percebido que no cenário brasileiro houve grandes avanços e muitas conquistas, para que a educação especial voltada numa perspectiva inclusiva, pudesse se tornar uma realidade, podemos considerar que esse feito só se torna possível mediante a varias lutas, movimentos, documentos e grandes normativos em defesa daqueles que por muito tempo foram considerados “anormais” por conta de suas condições física ou mental, e por essa razão foram deixados por muito tempo segregados do meio social.

Em vista disso, não podemos deixar de destacar a influência que a Associação Pestalozzi teve no Brasil em se tratando do acolhimento a esse público para que só assim pudesse se pensar em uma educação especial, isto é, desde sua primeira unidade fundada na década de 20, essa associação vem desenvolvendo um importante papel para a educação de pessoas com necessidades especiais no país, já que foi bastante relevante a implementação dessa instituição, uma vez que as condições de atendimento a essas pessoas no período histórico em que ocorreu a sua fundação, era bem restrito no sistema público de ensino, ficando esses a margem da sociedade.

Nesse sentido é identificado o quanto vem sendo conquistado para que esse público pudesse ter a garantia de acesso ao ensino regular, porém ainda há muito o que se fazer para tornar essa educação inclusiva em sua totalidade uma realidade, pois isso só será possível se for traçando meios de permanência e assim consequentemente acabando com a desistência, uma vez que não devemos considerar apenas o acesso, mas sim, a permanência desse aluno.

No entanto vemos o quanto nossa realidade ainda está longe de atender essa demanda, já que a maioria das escolas não oferecem uma estrutura física adequada, pois ainda existe uma precariedade nas escolas por falta de políticas públicas voltadas a esse interesse, também sendo ainda estreito o campo de profissionais da educação que são capacitados para tal, nessa

perspectiva, uma formação continuada para esses profissionais seria de grande valia para o município. E sobre isso Rocha (2017, p. 2) salienta que:

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re) pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Assim, esse professor irá perceber que incluir o aluno no processo de ensino regular é fundamental para seu desenvolvimento, uma vez que a escola é um espaço social, onde se torna por excelência, um ambiente, mediador do conhecimento, que possibilita o educando a reflexão e o conhecimento das diversidades presentes em sua volta.

Portanto, quando trazemos esse fato para a situação local, ocorre que essa carência na formação, acaba que deixando barreiras para que esses alunos permaneçam na rede regular de ensino, pois possuem dificuldades em prosseguir, já que para a permanência, carece de vários fatores, sendo a formação continuada uma peça fundamental e quando essa falta é de fato real ocorre desse aluno ter que voltar novamente para a associação Pestalozzi, isto é, ainda há muito o que ser feito para que se torne realidade a sonhada educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlaces. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

Declaração de Salamanca. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

FENAPESTALOZZI Federação Nacional das Associações Pestalozzi. Movimento Pestalozziano. Disponível em: <http://fenapestalozzi.org.br/como-criar-uma-associação-pestalozzi>. Acesso em 13 de agosto 2019.

SOETARD, Michel. Johann Pestalozzi. (Coleção Educadores). 1. ed. Trad. Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto. Organização: João Luis Gaspin Martha Aparecida Santana Marcondes Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. P. 35

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

NETO, Antenor de O. Silva, et al. Educação Inclusiva: uma escola para todos. e. In: *Revista Educação especial*. Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em 10 de agosto 2019.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. Disponível em <http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> acesso em 11 de agosto 2019.

RAFANTE, H. C.; LOPES, R. E. Helena Antipoff e o Desenvolvimento da Educação Especial no Brasil (1929-1961). Revista HISTEDBR On-line, nº 53, 2009.

RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987 p.186.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003.